

Especial Tecnologia bancária

Fintechs Plataforma pretende ser mais atrativa e comparada às experiências nas redes sociais

Bradesco prepara seu banco digital independente

Carmen Nery

Para o Valor, de São Paulo

Embora os bancos brasileiros divulguem que querem as chamadas fintechs como parceiras, aproximando-se dessas startups financeiras, a maioria delas já estrutura sua própria versão de banco digital, a exemplo do pioneiro Banco Original. O mais avançado é o Bradesco, que deve lançar nos próximos meses sua versão de banco digital totalmente independente da estrutura tradicional. Segundo Maurício Minas, vice-presidente executivo do Bradesco, o banco montou uma estratégia digital em três pilares.

A primeira é a melhoria dos serviços do banco tradicional que já tem uma plataforma digital e está num esforço contínuo para ter atratividade nos canais eletrônicos e implementar o conceito multicanal. A ideia é permitir que um atendimento que comece num canal possa prosseguir em outro no ponto em que parou, um conceito que deve estar totalmente implementado em dois anos.

O segundo pilar é a evolução do conceito de segmentação (renda) e subsegmentação (comportamento) para o de personalização. Por técnicas de analytics e big data, o banco passará a ter co-

nhecimento do cliente e poderá realizar ofertas no tempo em que as transações acontecem. "Um dos sucessos das fintechs é o conhecimento do usuário. É importante que o cliente perceba que o banco o conhece", diz Minas.

Já a proposta do banco digital será totalmente inovadora, não exatamente nos mesmos moldes do Banco Original, que Minas considera muito parecido com os bancos tradicionais. A ideia do banco digital do Bradesco visa torná-lo atrativo o suficiente para ser comparado às melhores experiências que o cliente já tem nas redes sociais.

"A plataforma tradicional dificilmente terá o mesmo sex appeal. Vamos desenvolver algo equivalente ao Facebook, ao Waze ou ao WhatsApp e, para isso, temos de repensar o banco do ponto de vista do cliente por meio de uma outra plataforma", descreve Minas.

O Banco do Brasil não chegará a fazer um spin off do digital, mas caminha para estruturar serviços digitais inclusive para clientes. Roberto Paiva Zorron, gerente executivo do BB, diz que a ideia é transformar a estrutura tradicional em um banco digital centrado no cliente e criar negócios digitais em áreas como agro-

negócios, independente de solu-

ções financeiras. Marco Mastroeni assumiu a diretoria de negócios digitais do BB, com a missão de conduzir o projeto.

"O banco tem limitações de contratação, mas tem condições de criar inovações tão boas ou até melhores do que as fintechs, a exemplo da Wallet, lançada de forma pioneira e que já conta com 20 mil usuários beta", observa Mastroeni.

O movimento dos bancos é resultado do tsunami promovido pelas fintechs. Nas contas de Minas, do Bradesco, já existem mais de mil startups financeiras no Brasil, levando-se em conta que somente o banco recebe mais de 500 inscrições em seu programa InovaBra. O programa já selecionou oito empresas na primeira edição, das quais quatro já fazem negócios com o banco, e 12 na segunda, atualmente em processo de aceleração.

O Itaú já abriga 55 startups no Cubo, programa de coworking e inovação do banco, mas Erica Janini, superintendente de TI e uma das idealizadoras do projeto, observa que apenas cinco são fintechs, porque o Itaú quer abraçar todo tipo de inovação. Ela apresenta dados informando que existem no mundo 12 mil fintechs, que receberam US\$ 19,1 bilhões de



Maurício Minas, vice-presidente do Bradesco: "Vamos desenvolver algo equivalente ao Facebook, ao Waze"

investimentos em 2015, 57% a mais que em 2014. "No Brasil, a projeção de aportes é de US\$ 125 milhões", diz Erica.

As fintechs mais atuantes são mapeadas por dois portais dedicados ao tema: o Fininnovation, ligado à Accenture, e o Radar FintechLab, iniciativa da Clay Innovation, agência de inovação. Ambos acompanham cerca de 150 startups. Algumas das principais participaram do Fintech Day, iniciativa do Ciab que reservou diversos painéis dedicados ao tema e um dia inteiro para apresentação de nove startups pré-selecionadas. Dessas, as três primeiras colocadas teriam reuniões de negócios com executivos de instituições financeiras.

As empresas que se apresentaram foram Adianta (antecipação

de recebíveis), Bom para Crédito (crédito), Easy Crédito (crédito para não bancarizados), Foxbit (blockchain/bitcoin), Kiik (plataforma de aquisição), Mutual (empréstimo pessoa a pessoa), Paykey (transferências via Messenger), Qranio (treinamento com gamificação) e Quero Quitar! (plataforma de negociação on-line).

Muito do avanço das fintechs será facilitado quando os bancos decidirem abrir seus sistemas por meio de APIs (Application Programming Interfaces — softwares de integração) para os empreendedores criarem seus aplicativos. A Visa abriu 11 APIs para inovar o conceito de open innovation em áreas como geolocalização e e-commerce.

"Vamos lançar um centro de

inovação para reunir clientes e a comunidade fintech", informou Percival Jatobá, vice-presidente de produtos da Visa.

Guga Stocco, fundador do Banco Original, anunciou no Ciab que lança, em julho, um programa de APIs para desenvolvedores parceiros, sem dar muitos detalhes. O Banco do Brasil abriu suas APIs há dois meses para quem quiser usar. Já o Bradesco lança, em breve, um programa de APIs, mas ainda de forma controlada. Fernando Freitas, gerente de inovação do banco, informa que a iniciativa se dará por fases, inicialmente para o público interno e em seguida para parceiros. "Somente quando tivermos maturidade nessas duas fases vamos abrir para o mercado", conclui Feitas.

Debate sobre necessidade de regulação esquentada

De São Paulo

Um segmento de fintech que pode tirar o sono dos bancos é o de financial advisors (especialistas em aconselhamento financeiro), em função do acesso que eles passam a ter dos dados financeiros dos correntistas dos bancos. Fintechs como a Guia Bolso são aplicativos em que o usuário dá acesso a suas contas correntes e faturas de cartão de crédito e o aplicativo funciona como agregador, promovendo a educação financeira com dicas de como economizar e gastar menos dinheiro, inclusive com serviços bancários.

Os bancos não gostam nem um pouco disso e alegam que os dados e a sua guarda são de sua responsabilidade. Mas o Banco Central entende, e a Justiça já tem jurisprudência, que os dados são do cliente e a lei permite que eles disponibilizem o acesso. Essa é uma discussão quente

na indústria financeira do mundo todo e que esbarra no desejo não declarado dos bancos de que as fintechs passem a ter algum nível de regulação.

Gustavo Fosse, diretor setorial de tecnologia da Febraban, afirma que os bancos querem ser parceiros das fintechs, mas entende que, se hoje elas têm taxas mais baixas, é porque não têm as mesmas estruturas e obrigações dos bancos. Ele acredita que em algum momento o BC vai inserir algum nível de regulação.

No caso dos financial advisors, a Febraban montou um grupo de trabalho e está tentando com o BC que, caso haja vazamento de informações, os bancos não sejam responsabilizados por isso.

"Esse é um tipo de fintech que vai passar por uma regulação. É preciso que se imponham regras de confiabilidade e segurança", defende Fosse.

Thiago Alvarez, fundador da Guia Bolso, diz que a empresa

acessa apenas dados de visualização das contas e cartões e não há como executar transações, pois não tem acesso aos tokens. Para ele, isso é mais seguro do que uma compra no e-commerce em que a pessoa fornece o número do cartão, senha e código de segurança. Ele conta que a segurança da empresa foi desenvolvida por Neil Daswani, o mesmo que criou os sistemas de segurança do Twitter.

"Não é exatamente com segurança que os bancos estão preocupados e sim com o aspecto concorrencial. A Guia Bolso já tem 2,4 milhões de clientes e cresce na boca a boca porque tem gerado impacto na vida das pessoas", argumenta Alvarez. Além de ajudar a economizar, o aplicativo permite ter mais informações sobre os próprios bancos via comparativos de taxas de juros. Com isso, elas conseguem sair do cheque especial e do cartão de crédito.

"O que incomoda os bancos é que há alguém ajudando o cliente a pagar menos juros e isso tira sua rentabilidade. Se estivessem de fato preocupados com segurança deveriam liberar APIs de integração", afirma Alvarez.

Marco Mastroeni, diretor de negócios digitais do Banco do Brasil, de seu lado, diz que a preocupação de todos os bancos é que eles investiram muito tempo e dinheiro com os clientes. "O que o agregador financeiro faz é usar a estrutura dos bancos para lhe tomar receitas", resume.

Mas, no que depender das autoridades regulatórias, as fintechs não terão um nível elevado de regulação. Paula Leitão, chefe adjunta do departamento de regulação dos serviços financeiros do Banco Central, coordena um grupo de trabalho formado por várias áreas do banco — regulação, fiscalização, TI, inclusão financeira, política econômica, relacionamento etc — para centra-

lizar as discussões e aprofundar o conhecimento. "Teremos um ano de trabalho e ao final, em julho de 2017, vamos apresentar um relatório com a nossa avaliação. A tendência do Banco Central é acompanhar e entender e, se em algum momento considerar que tem de regular algum aspecto, fazer o menos possível para não inibir a inovação. A regulação dos meios de pagamentos, em 2013, mostrou o acerto dessa estratégia", afirma Paula.

Há fintechs que afetam também o mercado de capitais e no mundo todo os reguladores estão analisando vários segmentos e discutindo os potenciais riscos. O Comitê Consultivo de Membros Afiliados da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO), presidido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), estabeleceu, no final de março, uma nova força tarefa so-

bre fintech para auxiliar o trabalho da Iosco nessa área.

José Carlos Doherty, superintendente geral da Anbima, diz que as discussões começaram há dois anos com o blockchain, que está se expandindo para o backoffice (retaguarda) do mercado de capitais. Em seguida, passou-se a discutir o crowdfunding. A Security and Exchange Commission (SEC) foi a primeira a regulamentar e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai colocar em breve em consulta pública uma instrução normativa sobre o tema. Atualmente, avalia-se os robôs advisors, plataformas eletrônicas de aconselhamento financeiro.

"No comitê consultivo da IOSCO vamos primeiro entender as fintechs, que trazem agilidade, redução de custos e inovações, mas também uma série de riscos que precisam ser avaliados e eventualmente regulados", afirma Doherty. (CN)

'Regtech' é saída para cortar os custos de compliance

De São Paulo

A partir da crise financeira de 2008, os reguladores passaram a impor normas e padrões mais rígidos para os setores de finanças, mercado de capitais e seguros.

O custo para estar de acordo com essas novas regras é uma das maiores preocupações das companhias em diferentes partes do mundo. Para enfrentar o problema, diversos reguladores vêm avaliando os possíveis benefícios da adoção de fintechs pelas instituições financeiras.

Além de facilitar e reduzir custos de compliance e reporting, a expectativa é de melhorar as tecnologias de monitoramento e vigilância. Esse processo fez nascer um novo segmento de startups inovadoras: as regtechs, uma indústria que, a exemplo das fintechs e das paytechs, vem sendo transformada pelo software.

"Regtech refere-se a startups que oferecem soluções tecnológicas para resolver problemas

gerados pelas exigências de regulamentação e compliance. Sempre houve o uso desse tipo de tecnologia. A diferença agora é que são soluções segmentadas, criadas para resolver problemas específicos, em nichos bem determinados", define Guilherme Horn, diretor executivo de serviços financeiros e inovação digital da Accenture.

Ele observa que, como são nativas digitais, as regtechs já nascem com recursos de análise e são oferecidas por baixo custo na modalidade "as a service" e pagamento sob demanda. Ajudam as empresas a reduzir riscos e resolvem problemas normalmente relacionados a acompanhamento de regulamentação; controle do cumprimento de normas de compliance; automação de relatórios e monitoramento de atividades.

Elaborado pela Deloitte da Irlanda, o relatório "Regtech é a nova fintech? Como a tecnologia regulatória ágil está ajudando as empresas a entender me-

lhor e gerenciar seus riscos", explica que a principal diferença entre as soluções tradicionais e as oferecidas pelas regtechs é a agilidade. Elas são capazes de extrair e carregar dados com maior rapidez, gerar relatórios de forma mais ágil, e apresentam vantagens de integração e capacidade analítica.

O relatório esclarece que as regtechs usam ferramentas de analytics para garimpar de forma inteligente dados já existentes no big data e extrair todo o seu potencial. Elas também tornam mais clara e eficiente a forma como as normas regulatórias são interpretadas, como o compliance é gerenciado e como os relatórios podem ser automatizados.

"A indústria tradicional de software oferece grandes pacotes aos quais vão adicionando features. As regtechs oferecem features específicas, sem que a empresa precise comprar um pacote inteiro. São soluções na nuvem menores, mais ágeis e com estru-



Guilherme Horn, da Accenture: soluções segmentadas, criadas para resolver problemas específicos, em nichos

ção de dados e analytics para análises preditivas", descreve Pachoal Baptista, diretor da área de consultoria da Deloitte.

Países como Irlanda e Luxemburgo, por sua tradição de paraísos fiscais, são onde as regtechs mais avançam. São várias empresas já operando na Irlanda. A FundRecs é um software de reconciliação para a indústria de

fundos. A Silverfinch cria conectividade entre gestores de ativos e seguradoras por meio de um ambiente seguro e controlado.

A Trustev oferece um sistema on-line de prevenção à fraude por meio do escaneamento de transações a fim de determinar se são reais ou não. A TradeFlow conta com tecnologia baseada em alerta de risco via monitora-

mento de transações.

A Vizor oferece um software que permite a supervisão das empresas por uma autoridade de controle, tal como um banco central, regulador financeiro ou autoridade fiscal. E a Corlytics fornece software que consegue analisar os riscos de conformidade em bancos e instituições financeiras. (CN)